

Organizações ambientalistas e sindicais propõem criação de 100 mil empregos e redução de emissões

20 de Outubro, 2017

Um conjunto de organizações ambientalistas e sindicais, apresentaram ontem uma proposta para criar 100 mil empregos, 45 mil deles nas energias renováveis, e reduzir emissões em 65%, investindo três a cinco milhões de euros anuais, avança a Lusa.

“Propomos para os próximos 15 anos a criação de 100 mil postos de emprego que garantam um corte de 65% das emissões de gases com efeito de estufa, a partir do momento atual”, disse ontem à agência Lusa João Camargo, da plataforma de organizações ambientalistas Climáximo, uma das entidades promotoras, e investigador em alterações climáticas.

Trata-se da campanha “Empregos para o Clima”, a decorrer em vários países, como França, África do Sul e em alguns estados dos EUA, abrangendo várias associações, movimentos sociais ou ambientalistas e sindicatos, visando criar um plano para alcançar emissões nulas de gases com efeito de estufa num período muito curto de tempo e combater as alterações climáticas.

No relatório para Portugal, que foi apresentado ontem em Lisboa, é referida a criação de cerca de 45 mil empregos nas energias renováveis, para tornar renovável toda a produção de energia em Portugal, e de 20 mil a 30 mil empregos na área de transportes, o que implica a transformação da rede de transportes públicos, com a sua eletrificação, mas também, de forma progressiva e acelerada, do parque automóvel, explicou João Camargo.

São ainda propostos “cerca de 27 mil empregos na requalificação energética de edifícios, 10 a 30 mil empregos na área da agricultura e cerca de 16 a 21 mil empregos na área da floresta”, principalmente na captura de carbono e no combate aos incêndios, “para poder ter o sumidouro de carbono tantas vezes anunciado”, acrescentou. O documento fala ainda em cerca de quatro mil novos empregos relacionados com a transição de pessoas que trabalham em setores agora altamente poluentes.

“Estes 100 mil empregos são empregos líquidos, estamos a contabilizar empregos que desapareceriam por estarem associados a atividades muito próximas da emissão de gases com efeito de estufa, nomeadamente a produção elétrica”, segundo o investigador. Nos transportes, referiu “uma expansão muito séria da rede ferroviária nacional que está em regressão desde os anos 70”, apostando tanto na parte nacional como na urbana, assim como a possibilidade de financiar o abandono do carro individual a partir da descida dos preços do transporte público, com tendência à gratuitidade, “a grande solução que permitira fazer a transição”.

A campanha parte do princípio que estes empregos são públicos e a iniciativa

para a transição é pública e estima “um investimento entre três e cinco milhões de euros por ano”, esclareceu João Camargo, realçando que “os custos das alterações climáticas até ao momento são de cerca de 6,8 mil milhões de euros”.

O Acordo de Paris, obtido em dezembro de 2015, estipula a redução das emissões de gases com efeito de estufa, responsáveis pelas alterações climáticas, para conseguir limitar o aumento global da temperatura a dois graus celsius acima da média da era pré-industrial, e Portugal anunciou o objetivo de obter a neutralidade carbónica em 2050. O Roteiro para a Neutralidade Carbónica, apresentado na semana passada numa sessão com a presença do primeiro-ministro, é visto por João Camargo como “uma farsa” pois os cortes propostos levariam a um aumento da temperatura de quatro graus celsius até 2100.